

O Informe nº 1 do Observatório de Política Fiscal é resultado da 1ª reunião, realizada na ESAF, no dia 09 de maio de 2008, na qual foram discutidos os seguintes tópicos sobre a política fiscal brasileira.

### As críticas à atual carga tributária

No Brasil, observam-se constantes críticas ao atual patamar da carga tributária, considerado elevado para a maioria dos contribuintes. Portanto, foram examinados os fatores que resultaram nessa elevação, algumas possíveis soluções e suas conseqüências.

Na média da opinião dos especialistas, o atual nível da carga tributária decorre das decisões políticas tomadas para enfrentar a conjuntura econômica, não sendo assim desnecessariamente elevada.

A elevação decorreu do aumento das despesas públicas, em especial dos encargos da dívida, no qual, a partir de 1999, o choque fiscal constituiu-se num dos pilares da política macroeconômica do país, e a opção pelo aumento de impostos parece ter sido uma solução com o menor risco de perda social para viabilizá-lo.

Dessa forma, para que se tenha uma redução da atual carga seria necessário primeiramente cortar gastos públicos. Mas essa decisão não é trivial, pois não há excedente nas despesas com a máquina pública, tendo em vista que os cortes nas rubricas que resultariam em uma redução significativa (encargos da dívida e despesas sociais) são de difícil implementação.

Por outro lado, forçar a queda de juros “por decreto” ou repudiar o pagamento dos encargos da dívida pública exigiria a substituição do atual modelo macroeconômico, sob pena de tornar o atual inconsistente.

Além disso, a opacidade na tomada de decisão em um ambiente de aumento de impostos deve ser evitada, pois pode levar a uma indesejável des-legitimação da política tributária.

### O recente aumento da arrecadação federal

Nos últimos anos, observou-se um crescimento da arrecadação federal causada, principalmente, pela maior receita de Imposto de Renda sobre Pessoa Física (IRPF), sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Na figura 1 é apresentada a evolução da arrecadação federal por tributos, como proporção do PIB.

É interessante observar que esse crescimento não foi causado por aumento das alíquotas, que permaneceram constantes desde 2004, mas pelo mercado de capitais brasileiro, principalmente devido à abertura de capital e às mudanças administrativas nas empresas para essa abertura.

A abertura de capital das empresas nos mercado de ações, conhecida pela sigla IPO<sup>1</sup>, teve um incremento significativo após 2004, inicialmente com 7 aberturas de capital, aumentando para 26 em 2005 e, finalmente, 64 em 2007.

Para atender ao nível de exigência para a abertura de capital, as empresas geralmente necessitam adotar práticas de governança corporativa adicionais para aumentar a transparência, como a obrigatoriedade de publicação de balanços financeiros periódicos e, em situações mais extremas, a necessidade de reestruturação da instituição.

Deste modo, a abertura beneficiou o fisco de forma direta, com a maior quantidade de recursos captados em função do aumento do ingresso de receitas; e, de forma indireta, pela redução da sonegação em função da necessidade de maior transparência. Finalmente, é importante ressaltar alguns eventos com impactos diretos sobre a abertura de capital e o ingresso de receitas: as recentes conquistas de Grau de

<sup>1</sup> Em português: Oferta Pública Inicial, que se refere ao processo conjunto de registro de companhia aberta e registro de sua primeira oferta de ações ao público.

Investimento e as repercussões da crise no mercado imobiliário dos Estados Unidos.

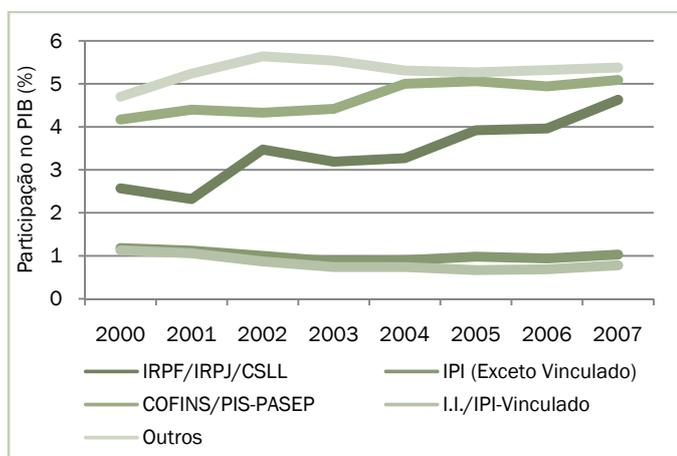


Figura 1 - Evolução da arrecadação federal por tributo.

## Tópicos para inclusão na agenda

### I. Os efeitos dos gastos sociais

A atual política social, principalmente o Bolsa Família, tem apresentado resultados favoráveis em relação ao problema da desigualdade de renda no Brasil<sup>2</sup>. No entanto, parte do aumento dos gastos sociais ocorreu em detrimento dos gastos em investimento público, dessa forma, surge uma necessidade de compensar essa lacuna para evitar reflexos negativos sobre o crescimento econômico. Para isso deve-se, por um lado, incentivar projetos que priorizem o investimento e, por outro, melhorar a qualidade do gasto público.

### II. O problema da bitributação e o “tax sparing”

Existe a necessidade de monitorar os atuais acordos de bitributação brasileiros, para evitar que haja perda de tributação em benefício de outro país.

### III. Questão de irresponsabilidade política no Poder Judiciário

Apontou-se o problema da aplicação de sentenças judiciais sem fundamentos econômicos, que dificultam a redução das despesas públicas marginais.

<sup>2</sup> Conforme dados da PNAD, o valor do índice de Gini tem apresentado redução constante desde 2001, cujo valor era de 0,593 e passou para 0,559 em 2006.

### IV. A Reforma Tributária

Sobre esse tema foram tratadas questões como a guerra fiscal, a tributação sobre as micro-empresas e a simplificação tributária.

### V. Modernização da arrecadação

Atualmente ocorre uma introdução gradual da nota fiscal eletrônica (NFe) no cotidiano das empresas nos estados brasileiros. Sua adoção maciça poderá ter um impacto expressivo na arrecadação no médio prazo, em particular pela melhor seleção de contribuintes a serem fiscalizados e pelo melhor acompanhamento semanal dos grandes contribuintes por parte da Receita Federal do Brasil.